



Ensaio
estudo
e projeto

Alexandre Herculano:

crónica breve de um bibliotecário

LUÍS CABRAL

RESUMO

Alexandre Herculano é aqui considerado no período em que trabalhou no Porto (1832 a 1836). Aos 23 anos, é escolhido para bibliotecário da Real Biblioteca Pública do Porto, tendo por base as habilitações, a experiência profissional anterior e ainda o facto de ter servido como Voluntário da Rainha. A ação de Herculano centrou-se nas incorporações, inventariação e catalogação, aplicação da classificação de Brunet e escolha do Convento de S.^{to} António da Cidade para sede da Biblioteca. Após ter, no seguimento da Revolução de Setembro (1836), pedido a demissão, Herculano vai para Lisboa, onde é nomeado para a Biblioteca da Ajuda.

ABSTRACT

Alexandre Herculano is here presented considering the period between 1832-1836, when he worked in Oporto. At the early age of 23 he was selected as librarian for the Oporto Royal Public Library, on the basis of his qualifications and previously acquired professional experience. It also helped the fact of having served the Queen in the Volunteer Force. Herculano's agenda focused on incorporation, inventory and cataloging, on the adoption of Brunet classification and on the choice of Convento de S.^{to} António da Cidade as headquarters of the new library. He resigned after the September Revolution (1836) and left for Lisbon where he was appointed for Ajuda Library.

PALAVRAS CHAVE

ALEXANDRE HERCULANO
BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

“De todas as cousas que se oferecem ao homem para lhe recrear os momentos de ócio, é a leitura talvez a mais aprazível, e seguramente a mais proveitosa.”

ALEXANDRE HERCULANO EM *O PANORAMA*, N.º 1, 6 MAIO 1837.

Era o tempo das Lutas Liberais (1828-1834), em que o Cerco do Porto (1832-1833) assumiu particular violência. Essa época foi das mais conturbadas, senão mesmo a mais difícil da nossa História contemporânea. Como é fácil de imaginar, o ambiente geral poderia ser propenso a tudo menos à recolha e à boa guarda de uma inesperada quantidade de livros, vinda à posse do Estado sobretudo em consequência do processo de extinção das ordens religiosas¹. O governo liberal, através da Comissão Administrativa dos Conventos Extintos ou Abandonados, conseguiu reunir e instalar em espaços dispersos pela cidade um número elevado de livrarias e cartórios, evidenciando assim a sua determinação de criar uma biblioteca pública no Porto.

Diogo de Góis Lara de Andrade era, havia poucos dias, o 1.º bibliotecário² da Real Biblioteca Pública do Porto, fundada pelo decreto de 9 de julho de 1833, data do primeiro aniversário da entrada do Exército Libertador no Porto. Esta importante peça legislativa do Governo de D. Pedro, Duque de Bragança, regente em nome de D. Maria II, teve referenda de Cândido José Xavier, Ministro do Reino.

O 1.º bibliotecário é então chamado às *casas* da Comissão Municipal, presidida por José Pimentel Freire, para, segundo dispunha o decreto – “o segundo Bibliothecario será igualmente nomeado por Mim sobre proposta triplíce da Camara Municipal, feita de accordo com o primeiro Bibliothecario” – ser elaborada em conjunto uma proposta, o que aconteceu a 16 de julho. De imediato foi remetida ao Governo, para nomeação do 2.º bibliotecário.

O Arquivo Histórico Municipal do Porto guarda o documento que contém o elenco dos nomes escolhidos. O texto tem uma lacuna que não atinge, felizmente, os dados relativos a Alexandre Herculano.

Da proposta apresentada pela Câmara ao Governo constavam os nomes de três pessoas, daí a designação de proposta triplíce. Tratava-se de personalidades relativamente pouco

1 As ordens religiosas masculinas, como se sabe, foram extintas pelo decreto de 28 de maio de 1834, referendado por Joaquim António de Aguiar, que recebeu a alcunha de *o Mata-frades*. Este decreto foi precedido de legislação produzida em idêntico sentido pelo chamado Governo da Terceira. Dois anos antes, tinha saído o Decreto de 17 de maio de 1832, dado por D. Pedro e referendado por Mouzinho da Silveira e, já com o Governo sediado no Porto, é publicado o Decreto de 15 de maio de 1833, também de D. Pedro, mas com referenda de José da Silva Carvalho. Com base neste *corpus* legislativo do Governo, a Comissão Administrativa dos Conventos pôde começar a operar. Acrescente-se que a supressão das ordens religiosas era, do ponto de vista das bibliotecas, “completada” pelo sequestro de bens de particulares, em cujo centro estava indubitavelmente a livraria do Bispo do Porto. Destaca-se, nesta matéria de sequestros, o decreto de D. Pedro, datado do Porto, a 5 de dezembro de 1832, com referenda de Joaquim António de Magalhães.

2 Foi nomeado em 10 de julho de 1833.

conhecidas na cidade, mas que, mais tarde, vieram a adquirir, por uma ou outra razão, maior notoriedade. Eram eles Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo, em primeiro lugar; José Rodrigo Passos³, em segundo, e José Augusto Salgado⁴, em terceiro.

Vejamos o passo referente a Alexandre Herculano:

“Senhor⁵. Em execução do Art.º 7.º do Decreto de 9 do presente mez cabe a esta Comm.ão a honra e satisfação de propôr a V. M. I. para segundo Bibliotecario da Real Biblioteca Pública em primeiro lugar a Alex.º Herculano de Carv.º e Ar.º, natural de Lisboa, de 23 annos de idade, porque, segundo ella é informada, é conhecedor das Linguas principaes, da Diplomacia [sic], emigrado, Voluntario do Regimento da Senhora D. Maria 2.ª; entrou já em algumas acçoens e principiou a servir espontaneamente no arranjo de varias livrarias abandonadas em Novembro, e por ordem de V. M. I. em Março.”⁶

Como vemos, recaiu sobre o nome de Alexandre Herculano a escolha não só por parte do 1.º bibliotecário, Diogo de Góis Lara de Andrade, como da Câmara Municipal e, finalmente, do próprio Governo. Não parece ter pesado na seleção o fator idade, mas sim as habilitações literárias do candidato e a sua experiência de trabalho que foram reconhecidas como sendo as mais adequadas ao exercício das funções de 2.º bibliotecário.

Deixemos de lado circunstâncias, não despidiendas no caso de Alexandre Herculano, como ter estado exilado, ser Voluntário da Rainha e ter entrado em algumas ações militares, considerando agora os restantes critérios que serviram de base à composição da lista.

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

• Conhecimento de línguas. Domínio ativo ou passivo de vários idiomas modernos. Ao predominante Francês, Alexandre Herculano foi acrescentando outras línguas como o Espanhol, o Italiano, o Inglês e o Alemão. Das línguas clássicas a principal era sem dúvida o Latim, mas tinha também alguns conhecimentos de Grego.

3 José Rodrigo Passos (que, por vezes, aparece grafado como José *Rodrigues* Passos) era, há mais de vinte e cinco anos, Professor Régio de Gramática Latina. Viria a ser Comissário de Estudos (Reitor) e Professor de Latinidade do Liceu Nacional do Porto.

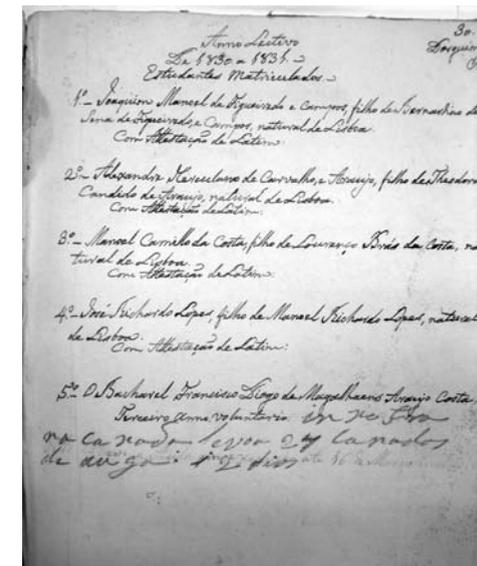
4 José Augusto Salgado, quase tão novo como Alexandre Herculano, era Voluntário do 3.º Batalhão Móvel, bacharel formado em Cânones, conhecedor das Línguas Francesa e Inglesa e também de Matemática e Desenho. Mais tarde, viria a ser Secretário da Academia Politécnica do Porto.

5 A proposta da Câmara é endereçada a D. Pedro, Duque de Bragança, Regente em nome de sua filha, a Rainha D. Maria II. Como se sabe, com o nome de D. Pedro IV foi Rei de Portugal, em 1826, e primeiro Imperador do Brasil, com o nome de D. Pedro I, entre 1822 e 1826. Daí a fórmula de tratamento usada, VMI (Vossa Majestade Imperial).

6 AHMP – Sessão de 16 de julho de 1833. Copiador 18 Avulsos 1833-1838, f.113 novo, 108 antigo. A - PUB - 2172. Ver tb. Ata da Vereação de 16 de julho de 1833, f. 168v.-169v. A - PUB - 00107.



RETRATO. BPMP



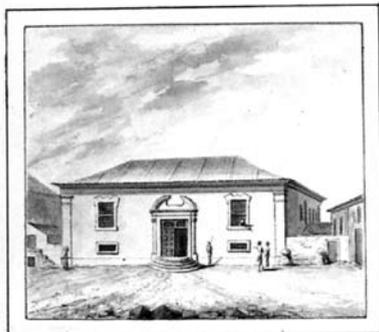
MATRÍCULA NA AULA
DE DIPLOMÁTICA. ANTT

• Formação académica, a que se seguirá toda uma vida de estudo e uma postura de “autodidatismo complementar”, nas palavras de Vitorino Nemésio⁷. Incidiu sobre as Letras ou Humanidades, embora com alguma componente de Ciências, como era característico da Congregação do Oratório, onde Herculano fizera toda a sua formação secundária. Acrescente-se ainda a frequência da Aula de Comércio. Como se sabe, o seu ciclo de estudos regulares foi abruptamente interrompido aos dezassete anos, devido à morte do pai em 1827.

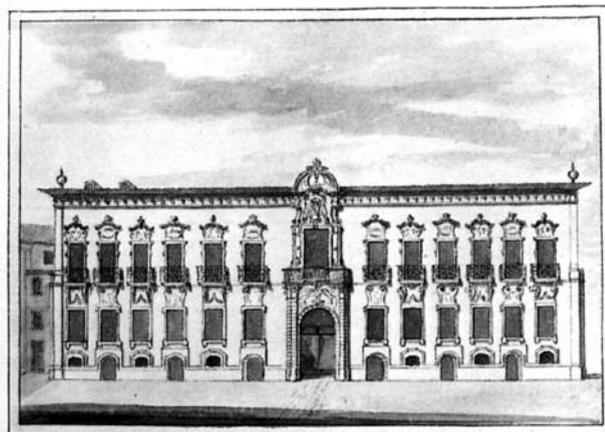
• Aula de Diplomática. As suas habilitações são melhoradas pela frequência, em 1830, desta aula especializada, que funcionava anexa à Torre do Tombo e que habilitava ao exercício de oficial do Real Arquivo e aos ofícios de tabelião e cartorário.

Note-se que a seleção para a Real Biblioteca Pública do Porto de um candidato com o perfil de Alexandre Herculano antecede, por um relativamente curto espaço de tempo, a legislação de Agostinho José Freire, que, em maio de 1835, vai reformar a própria Real Biblioteca Pública da Corte.

7 Vitorino Nemésio – *A Mocidade de Herculano*. Lisboa: IN-CM, 2003.



HOSPÍCIO DE S.º ANT.º
DE VALE DA PIEDADE. BPMP



PAÇO EPISCOPAL. BPMP



CONVENTO DE S.º ANT.º DA CIDADE. BPMP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ANTERIOR

A experiência profissional adquiriu-a Alexandre Herculano em algumas das “livrarias abandonadas”⁸ das ordens religiosas, e sobretudo na biblioteca sequestrada ao Bispo do Porto, D. João de Magalhães e Avelar⁹. A proposta de nomeação de Herculano refere expressamente, como um dos fundamentos de preferência, que ele “princípios a servir espontaneamente no arranjo de varias livrarias abandonadas”, a partir de novembro de 1832 e, por ordem régia, em março de 1833. Identificam-se, assim, dois períodos distintos de trabalho anteriores à sua nomeação para a nova Biblioteca, um de voluntariado de cerca de oito meses e outro de trabalho remunerado de cerca de quatro meses.

Estas livrarias, de natureza bem diversa e em que Herculano e Diogo de Góis trabalharam em conjunto, às vezes com a colaboração de um ajudante, José de Góis Lara de Andrade, vieram a constituir as pedras angulares ou os fundos primeiros da Real Biblioteca do Porto.

8 A expressão “livrarias abandonadas” refere-se às bibliotecas que, com os restantes bens móveis e imóveis, integravam o património das ordens religiosas, num primeiro tempo consideradas abandonadas, à entrada do exército liberal. “Livrarias sequestradas”, por sua vez, remete para as bibliotecas de pessoas particulares havidas por miguelistas e que, por essa razão, tiveram os seus bens sob sequestro. Anos depois, os herdeiros foram ressarcidos da perda desses bens. Foi o que sucedeu, por exemplo, com o 2.º Visconde Balsemão e com o Bispo Avelar. Neste último caso, ainda hoje é frequente surgir alguma confusão: quando se refere a livraria do Bispo está a falar-se da sua biblioteca pessoal e não de uma biblioteca do bispado.

9 Para além do trabalho que, com Lara de Andrade, Herculano desenvolveu nessa biblioteca em 1832-1833, a sua ligação prolonga-se no tempo. Já em Lisboa, é citado, em 1837, como testemunha no processo de compra pelo Estado aos herdeiros do Prelado.

A AÇÃO DE ALEXANDRE HERCULANO NA REAL BIBLIOTECA PÚBLICA DO PORTO

O estudo do trabalho de Alexandre Herculano enquanto bibliotecário da Biblioteca do Porto é um campo que se mantém em aberto, embora se tenha registado algum progresso nos anos mais recentes, podendo identificar-se algumas áreas fundamentais e individualizar aspectos da sua ação. Antes porém, através de uma breve transcrição de um texto sobre a História da Biblioteca¹⁰, lembremos as condições de trabalho adversas que Alexandre Herculano teve de enfrentar durante a maior parte do tempo em que viveu no Porto. Sublinhamos o esforço não só da Comissão Administrativa dos Conventos Extintos ou Abandonados, como também do pessoal da Biblioteca:

Quem percorrer os livros da Comissão – preciosa coleção¹¹ que hoje se encontra no Arquivo Distrital do Porto – apercebe-se rapidamente do que foi o enorme e continuado trabalho de recolha, de transporte e, por vezes também, de inventariação de algumas dezenas de bibliotecas e cartórios de dentro e, mais tarde, de fora da Cidade (Tibães, Santo Tirso, Coimbra, etc.).

Em pleno Cerco, paralelamente a providências urgentes, como procurar instalações para aquartelamento de tropas ou proceder ao tratamento dos feridos em hospitais improvisados os duros efeitos dos combates e bombardeamentos, procedia-se à procura de instalações onde se pudesse guardar tão elevada quantidade de livros e ao seu acondicionamento.

10 *Biblioteca Pública Municipal do Porto: exposição no 150.º aniversário da sua fundação, 1833-1983.* Porto: BPMP, 1984; CABRAL, Luís; MEIRELES, Maria Adelaide – *Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto.* Lisboa: Inapa, 1998.

11 Esta série foi há pouco tempo enriquecida pela aquisição de um volume com destino ao Arquivo Distrital do Porto.

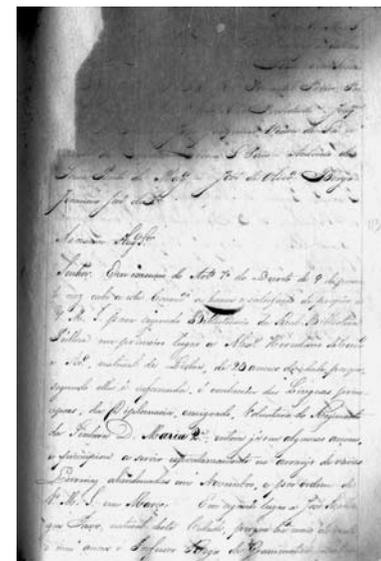
Todo esse trabalho era feito juntamente com outras tarefas, que à mesma Comissão competiam, de recolha, inventariação e avaliação de alfaias litúrgicas, quadros e outras obras de arte, de um modo geral de controlo dos bens móveis e imóveis das ordens religiosas.

- Incorporações e sequestros¹². Pela sua natureza e circunstâncias, estas eram áreas delicadas, envolvendo, por vezes, um ambiente de limitada segurança. Implicavam a inventariação (arrolamento rápido ou “relacionamento metódico”) das bibliotecas, louvações¹³, controlos vários, meios de carga e transporte para fazer face a distâncias significativas, etc.
- Seleção e custódia de espécies bibliográficas consideradas de maior valor. Também aqui se revelaram os conhecimentos do jovem Herculano, num trabalho de seleção executado em condições bem difíceis. Desta sua atuação resultou o salvamento de muitas das jóias do nosso património que, de outro modo, teriam ficado abandonadas e à mercê de atos de vandalismo e similares. Bastaria citarmos como exemplos a livraria de mão de Santa Cruz de Coimbra, o *Diário de Vasco da Gama* ou a *Crónica de D. Afonso Henriques*, entre tantos e tantos manuscritos e impressos.
- Inventariação de manuscritos (análise, inventariação e rubrica), num total de 1224 itens. A rubrica e numeração dos códices foi feita em conjunto com Diogo de Góis Lara de Andrade, usando Alexandre Herculano a rubrica “Carv.º. Ar.º”.
- Catalogação de impressos. Numa primeira fase, trabalhava-se com verbetes, que depois eram passados para catálogos em forma de livro. Esta última operação foi executada em 1835 e 1836, dando origem à primeira geração de catálogos ainda hoje chamados *catálogos de Alexandre Herculano*. A direção dos trabalhos de catalogação pertencia ao 1.º e 2.º bibliotecários.
- Aplicação do sistema de classificação de Brunet. Antes mesmo de a Biblioteca ser instituída, o problema do sistema de classificação a adotar foi objeto de estudo com base nos escritos dos principais teóricos estrangeiros da especialidade. Embora de autoria até agora não determinada, dispomos de um documento¹⁴ em que essa problemática é analisada.

12 Sobretudo em 1983-1984, pudemos determinar que foram da ordem das duas dezenas as bibliotecas de ordens religiosas comprovadamente incorporadas na RBPP: do Porto – Carmelitas, Congregados, Lóios, Santo António da Cidade, São Bento da Vitória, São Domingos, São Francisco, São João Novo, Seminário, São João da Foz; de fora da Cidade – Serra do Pilar, Santo António do Vale da Piedade, Congregação de Oliveira do Douro, Conceição de Matosinhos, Formiga, Paço de Sousa, Alpendurada, Santo Tirso, Vila do Conde (São Francisco, Carmo e Santo António de Azurara), Tibães, Vila da Feira (Cucujães e Lóios) e Santa Cruz de Coimbra. Quanto às bibliotecas sequestradas a particulares, foram, no Porto, em número escasso, não mais de uma dezena. Lembre-se, no entanto, que delas faziam duas notáveis livrarias, a do já referido Bispo Avelar (no Paço Episcopal) e a do Visconde de Balsemão (no seu Palacete, no Largo dos Ferradores). Não só estas duas escolhidas bibliotecas eram franqueadas pelos seus eruditos proprietários aos estudiosos, como neste mesmo período, e suprimindo a falta de uma biblioteca pública no Porto, também algumas bibliotecas de ordens religiosas abriam as suas portas aos que delas necessitavam.

13 Para o serviço de louvado, ou avaliador, recorria-se a pessoas experimentadas, como era o caso do livreiro Costa Paiva.

14 *Organização da Real Bibliotheca da Cidade do Porto*, [s. d.] (no prelo).



PROPOSTA DE NOMEAÇÃO. AHMP



CATÁLOGOS DE ALEXANDRE HERCULANO. BPMP

- Participação na importante escolha de instalações apropriadas para a RBPP, recaindo a decisão sobre o Convento de Santo António da Cidade.¹⁵
- Além, como é evidente, dos conhecimentos históricos adquiridos nesta importante fase da sua vida, Herculano foi recolhendo elementos de manuscritos e impressos da Biblioteca que utilizou em artigos publicados em revistas como “Repositório Literário”, “Panorama”, etc.
- Aquisição de conhecimentos durante este agitado mas enriquecedor período e que, sem dúvida, foram utilizados, anos mais tarde, especialmente na preparação dos *Portugaliae Monumenta Historica* e de outras obras.

15 Por ordem do Prefeito do Douro, Manuel Gonçalves de Miranda, foi criada uma comissão que, para além de Alexandre Herculano, incluía o 1.º Bibliotecário e o Arquiteto da Cidade, Joaquim da Costa Lima Sampaio. Essa comissão considerou o edifício do antigo Convento de Santo António da Cidade, a São Lázaro, como sendo o mais adequado, pelas suas dimensões e características, à Biblioteca, ao Museu, à instalação de uma “Sociedade Promotora da Indústria” e ao ensino das Belas-Artes. Também o espaço a ajardinar fronteiro ao antigo convento se mostrava apropriado ao estudo da Agricultura, Artes e Farmácia. Surgiria, assim, na senda dos melhores exemplos europeus, um novo espaço cultural. É claro que esta opção teve os seus opositores, por vezes incluindo a Câmara, pois o edifício do Paço Episcopal parecia conveniente, quanto mais não fosse por ser a solução mais económica. Só que a visão do Prefeito e da comissão *ad hoc* que nomeou veio a revelar-se a melhor escolha em termos de futuro.

A DEMISSÃO

É bem conhecido o facto de Alexandre Herculano, em 17 de setembro de 1836, pedir ao presidente da Câmara a demissão do lugar de 2.º bibliotecário da RBPP, por, na sequência da Revolução de Setembro, ter sido chamado a jurar a Constituição de 1822, o que contrariava idêntico juramento face à Carta Constitucional, feito três semanas antes. Escreveu ele nessa célebre carta:

“Persuadido pela voz da íntima consciencia de que não devo prestar o juramento p.^a que V. S.^a me convida no seu Officio de hoje, julguei também me cumpria communicar-lhe immediatamente a minha resolução. A fé que prometti guardar à Carta Constitucional da Monarquia sellei-a com as miserias do desterro e com os padecimentos e riscos de soldado, que passei na emancipação da Patria; – para a conservação de um cargo publico não sacrificarei, portanto, nem a religião do juramento, nem o orgulho que me inspiram as minhas acções passadas.”

Vem a propósito citar um passo de teor análogo da carta do 1.º bibliotecário, Diogo de Góis Lara de Andrade:

“E pois que preferi andar arrastado de masmorra em masmorra, a faltar à fé jurada, e que depois de tantos sufrimentos, vim voluntariamente expôr a minha vida, na defesa de tão caros objectos, não será avançado em meus cançados dias, que farei um acto em opposição com antecedentes que me hão valido a estimação geral.”¹⁶

O facto de outras personalidades importantes na cidade terem tomado idêntica posição quanto à recusa de prestar juramento à Constituição em nada diminui o valor e o sentido do ato dos dois bibliotecários da RBPP, como ficou patente nos seus pedidos de demissão. Tratou-se, com efeito, de uma atitude de coerência pessoal, não só no foro político, como também com consequências a nível profissional. Como se sabe, nenhum dos bibliotecários cedeu negar o juramento feito¹⁷.

DEPOIS DO PORTO, A BIBLIOTECA DA AJUDA...

Deixado o Porto, Alexandre Herculano irá prosseguir a mesma profissão, graças à nomeação por D. Fernando II para o cargo de bibliotecário das Bibliotecas Reais da Ajuda e das Necessidades, lugar de que será titular até falecer. Já não cabe aqui apreciar essa sua nova fase. A partir de então, foi toda uma vida de total entrega às funções de bibliotecário e arquivista, de paleógrafo e historiador, ao longo périplo pelos cartórios do Reino, aos *Portugaliae Monumenta Historica*, à sua *História de Portugal*...

CONCLUSÃO

Procurámos caracterizar, em breves linhas, a figura de Alexandre Herculano enquanto bibliotecário, a sua formação académica de base e a sua ação nos difíceis anos de 1832 a 1836, com destaque para o seu trabalho na Real Biblioteca Pública do Porto, que então despontava. Sabemo-lo enquadrado e apoiado politicamente sobretudo pelo Governo, mas também pela Câmara Municipal do Porto, vimo-lo em estreita colaboração com o 1.º bibliotecário, Diogo de Góis Lara de Andrade, mesmo antes da criação da Biblioteca.

Fica-nos a convicção de que Alexandre Herculano, de múltiplos pontos de vista – o seu saber, o seu apego ao estudo e a paixão pelos livros, a sua postura profissional e os valores que defendeu – há de permanecer como figura tutelar dos bibliotecários e arquivistas portugueses e de todos os outros que se dedicam também à preservação, ao estudo e à valorização do património cultural.

PORTO, JULHO / PORTELA DAS CABRAS, AGOSTO 2011.

Artigo baseado nos seguintes textos elaborados por ocasião do 2.º Centenário do Nascimento de Alexandre Herculano: *Alexandre Herculano e a Real Biblioteca Pública do Porto: um caso exemplar*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 18 nov. 2010; *Alexandre Herculano e o património cultural: palavras “entre Douro e Minho”*. Universidade do Minho, 25 nov. 2010; *Alexandre Herculano e a Biblioteca do Porto: razões de uma escolha*. “Boletim DGARQ”, n.º 16, jan.- mar. 2011.

¹⁶ Para o texto integral das cartas, ver CABRAL, Luís; MEIRELES, Maria Adelaide – *Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Lisboa: Inapa, 1998.

¹⁷ Notemos que, após a sua demissão, Diogo de Góis entendeu manter a Biblioteca aberta até à entrada do seu sucessor, a fim de não lesar o público.